

RESUMO

Este artigo tem como objetivo apresentar um pouco da trajetória investigativa de Michel Foucault na tentativa de compreender o funcionamento do poder, o modo como ele opera no espaço de uma biblioteca. O projeto Panóptico de Jeremy Bentham contribui para esse entendimento. Estudo bibliográfico, análise de campo, leitura de documentos e trabalhos sobre a Biblioteca do Cefet/GO delineiam a efetivação deste percurso. Saber, poder, controle, individualização, normalização, entre outras problematizações que caracterizam aspectos da sociedade moderna, são identificadas na constituição do espaço de leitura citado.

PALAVRAS-CHAVE: biblioteca, poder, saber, controle, Panóptico.

INTRODUÇÃO

Este artigo tem como propósito apresentar parte da trajetória investigativa de Michel Foucault, na tentativa de compreender de que forma a constituição de determinados espaços sociais, como o espaço de uma biblioteca, se caracteriza por relações de poder e de saber. Diferentes instituições, como hospitais e prisões, foram estudadas pelo autor no sentido de conhecer como o sujeito se constitui nas malhas de poder que o envolvem. Todavia, não era intenção de Foucault compor uma teoria a partir de seus estudos investigativos. Longe de buscar definir um conhecimento como verdade, esse autor buscou, por meio de problematizações, conhecer a constituição do homem como sujeito envolvido e permeado por relações de poder.

* Doutoranda em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás, Goiânia-GO.
E-mail: k_mcosta@hotmail.com

Poder que não é entendido como propriedade, ou como algo que se possui; nem tampouco se encontra limitado a um ponto específico, como o poder do Estado ou de instituições determinadas; muito menos se restringe aos aspectos econômicos, como defende o marxismo, ou “uma certa concepção corrente que vale como sendo a concepção do marxismo” (FOUCAULT, 2005, p. 19). O poder se exerce e se caracteriza como relação de força que se expande por toda a sociedade como redes que são localizáveis e históricas. Para ser aceito e se disseminar dessa forma, ele apresenta aspectos positivos: produz coisas, induz prazer, forma saber, produz discurso.

Analisar o poder supõe identificar o modo como ele opera, daí a proposta de uma “análise do poder” como sugere Foucault. Para essa abordagem, tomada como procedimento metodológico, o autor propõe compreender o poder por meio dos seguintes critérios: não a partir de seu centro, mas de suas extremidades, onde ele se torna capilar; através de práticas reais e efetivas; como uma coisa que circula e que só funciona em rede, num processo em que os indivíduos se inserem como intermediários do poder, ou seja, o poder transita por eles; analisá-lo em seu aspecto ascendente, através de mecanismos infinitesimais; e, por fim, apreendê-lo não por meio de preceitos ideológicos, mas buscando compreender que “o poder, quando se exerce em seus mecanismos finos, não pode fazê-lo sem a formação, a organização e sem pôr em circulação um saber, ou melhor, aparelhos de saber que não são acompanhamentos ou edifícios ideológicos” (FOUCAULT, 2005, p. 40).

Dessa forma, o conhecimento resulta não em verdade absoluta ou unívoca, mas em experiência capaz de “desterrar” saberes sujeitados. Estudar o poder pressupõe, assim, identificar, na realidade cotidiana, nas práticas sociais, o modo como ele opera, as técnicas, as táticas e as estratégias de dominação. É em busca de saberes sujeitados, para assim reconhecer o funcionamento do poder, seus mecanismos, seus efeitos, suas relações, que Foucault inaugura seu projeto genealógico.

Em todos os projetos apontados por esse autor, que incluem a perspectiva arqueológica, a genealógica e a estética de si, não se pode negar a diversidade de fontes de pesquisa utilizadas, o olhar diferenciado acerca dos saberes disseminados pelo discurso científico, a indagação constante acerca da realidade social e das verdades construídas até então. Tudo isso faz de Foucault não somente um grande crítico da

forma de construção do conhecimento científico, mas, e sobretudo, um pesquisador engajado em conhecer e desvelar, nas tramas sociais, a complexidade da constituição do sujeito, da formação da sociedade.

Com o propósito de buscar compor a trajetória desse intelectual, para assim conhecer as relações de poder que se instauram no espaço de uma biblioteca, este trabalho se apresenta dividido em duas partes. Na primeira, apresentam-se os estudos investigativos de Foucault – da fase arqueológica à estética de si. Na segunda, tanto o dispositivo Panóptico de Bentham quanto aspectos que retratam a constituição do espaço de uma biblioteca são expostos. Para isso, por um lado, autores como Dreyfus e Rabinow (1995), Bentham (2000), Paniago (2005), Frago e Escolano (2001), Machado (2006, 2007), entre outros, aliados às produções foucaultianas, dão sustentação a tal propósito; por outro, o conhecimento acerca da organização estrutural da Biblioteca Professor Jorge Félix de Souza, localizada em Goiânia (GO), objeto deste estudo, além de outros materiais levantados pelos funcionários dessa biblioteca, fornecem os subsídios para a análise do funcionamento do poder nesse espaço de leitura

I TRAJETÓRIA INVESTIGATIVA DE FOUCAULT

Gallo (2006), Gondra e Kohan (2006) e Machado (2006, 2007) caracterizam três momentos na produção de Foucault: arqueologia do saber, genealogia do poder e estética de si. A arqueologia do saber visa conhecer como se deu o aparecimento do discurso das ciências, ou seja, como o discurso científico surgiu e se ampliou e de que forma esse conhecimento produz o efeito de subjetivação do sujeito. Segundo Machado (2007), a década de 1960 marca esse período. *História da loucura* (1962), *O nascimento da clínica* (1963) e *As palavras e as coisas* (1966) foram obras que não somente apresentaram novidades metodológicas, mas também resgataram o início da psiquiatria, dos saberes médicos, o homem como objeto e sujeito da ciência.

História da loucura discute o discurso sobre o louco e os espaços institucionalizados de controle desse sujeito. Saber médico, práticas de internação e conhecimento acerca de diferentes instâncias sociais foram capazes de revelar como “a psiquiatria em vez de ser quem descobriu

a essência da loucura e a libertou, é a radicalização de um processo de dominação do louco que começou muito antes dela e tem condições e possibilidades tanto teóricas como práticas” (MACHADO, 2007, p. VIII).

Questões ligadas à inovação metodológica e à inovação dos saberes científicos fizeram com que Foucault buscasse sistematizar o saber sobre as doenças de modo a compreender o discurso médico na obra *O nascimento da clínica*. Nessas duas obras – *O nascimento da clínica e História da loucura* – Foucault analisa a organização histórica da medicina – clássica e moderna. Diferentes saberes que circulam em outras instâncias sociais, como a família, a escola, o hospital, em níveis mais gerais, tal como nas transformações políticas e sociais, foram colocadas em cena, assim como questões institucionais e políticas.

Sem a finalidade de articular os discursos com as práticas sociais, em *As palavras e as coisas*, o autor aponta o fato de que as ciências humanas nasceram da tematização do homem como objeto e sujeito do conhecimento, isto é, as ciências humanas tiveram seu espaço de existência definido por meio de estudos sobre a natureza humana. A partir daí, foi possível analisar o homem como representação.

Vale a pena observar a avaliação de Machado (2007, p. IX), sobre essas obras:

A consideração desses três livros revela claramente a homogeneidade dos instrumentos metodológicos utilizados até então, como o conceito de saber, o estabelecimento das descontinuidades, os critérios para datação de períodos e suas regras de transformação, o projeto de inter-relações conceituais, a articulação dos saberes com a estrutura social, a crítica da ideia de progresso em história das ciências etc.

No entanto, a perspectiva arqueológica não termina com a publicação dessas obras. Em *A arqueologia do saber* (1969) Foucault busca redefinir e encontrar novas bases para a pesquisa arqueológica por meio da revisão dos estudos anteriores. Essa obra é considerada a última etapa da trajetória arqueológica, embora as discussões nela levantadas, de certa forma, continuem na fase posterior.

Depois dessa fase, o caminho investigativo percorrido por Foucault se abre para a análise histórica dos saberes destacando sua vinculação como peça de relação de poder e como dispositivo político

(MACHADO, 2006). Livros como *Vigiar e punir* (1975), *A vontade de saber* (1976) e o primeiro volume de *A história da sexualidade* discutem essa questão. Para Foucault (2007), o termo genealogia, tomado de empréstimo de Nietzsche, é utilizado com o objetivo de fazer ressurgir saberes dominados – compreendidos, por um lado, como saberes mascarados e sepultados, que podem reaparecer a partir do discurso da erudição; por outro, como saberes desconsiderados, classificados como não competentes ou como insuficientemente elaborados. O saber desconsiderado é identificado como saber popular, “um saber particular, regional, local, um saber diferencial incapaz de unanimidade e que só deve sua força à dimensão que se opõe a todos aqueles que o circundam” (FOUCAULT, 2007, p. 170). O saber sepultado é aquele identificado como saber erudito.

Esses saberes sujeitados, eruditos e pertencentes às pessoas, expressam as memórias dos combates, das subordinações a que foram submetidos. Para o autor, “esta genealogia, como acoplamento do saber erudito e do saber das pessoas, só foi possível e só se pôde tentar realizá-la à condição de que fosse eliminada a tirania dos discursos englobalizantes com suas hierarquias e com os privilégios da vanguarda teórica” (FOUCAULT, 2007, p. 171). Em contraponto à tirania dos saberes globalizante e hierárquico, o propósito de Foucault é tentar ativar os saberes locais, não legitimados, desconfiados, desconsiderados, ou seja, é tentar desativar instâncias teóricas unívocas em nome de discursos considerados verdadeiros, buscando combater “os efeitos de poder próprios a um discurso considerado científico” (p. 171).

Para ele, a questão da genealogia estaria vinculada ao poder, a sua força, seus mecanismos, seus efeitos e suas relações. Poder que se manifesta como micropoder, que se articula aos saberes hegemônicos e que se efetiva por estratégias e mecanismos variados. Falar em genealogia supõe enunciar uma guerra contínua, móvel, constituída por relações de poder (QUEIROZ, 1999).

Com o intuito de compor o percurso histórico da fase que o autor classifica como genealógica, é preciso observar as diferentes perspectivas que caracterizam as seguintes sociedades: da soberania, da disciplina, de governo e de controle. Uma não exclui a outra; ao contrário, se completam, se complementam, na forma de uma junção que acaba por retratar a constituição da sociedade moderna.

A sociedade da soberania existe desde a Idade Média. Enquanto durou a sociedade do tipo feudal, a perspectiva da soberania, em sua relação soberano e súdito, cobria toda a mecânica geral do poder, de modo que ele era exercido em todos os níveis sociais. Em nome do poder soberano foi construído o edifício jurídico ocidental, seja para mostrar em que fundamentação jurídica o poder do monarca se assentava, seja para limitar esse poder. Isto é, o arcabouço jurídico evidenciava os limites em que o soberano deveria exercer seu poder para conservar sua legitimidade. É o que afirma Foucault (2005, p. 31):

Dizer que o problema da soberania é o problema central do direito nas sociedades ocidentais significa dizer que o discurso e a técnica do direito tiveram essencialmente como função dissolver, no interior do poder, o fato da dominação, para fazer que aparecessem no lugar dessa dominação, que se queria reduzir ou mascarar, duas coisas: de um lado, os direitos legítimos da soberania, do outro, a obrigação legal da obediência.

O poder de dominação, nesse sentido, se mascarava por meio da legitimação do direito. Condicionado à defesa e à sobrevivência do soberano, o poder permitia, nesse tipo de sociedade, a apreensão de coisas (daí o confisco), do tempo, dos corpos e da própria vida: direito de vida e de morte, “direito de causar a morte ou de deixar viver” (FOUCAULT, 1980, p. 128). Exercido sobre a terra e seus produtos, esse poder, de forma geral, diz respeito ao deslocamento e à apropriação de bens e de riquezas; fundamenta, em termos jurídicos, obrigações e tributos, vinculando-se ao poder de um superior, no caso, o soberano.

Em *Vigiar e punir*, segundo Dreyfus e Rabinow (1995), Foucault apresenta a genealogia do indivíduo moderno como um corpo que se constitui dócil e útil. Para isso, ele descreve como a punição foi exercida no decorrer da história da cultura ocidental. Nessa trajetória, o poder soberano, a proposta dos humanistas do século XVIII e o poder disciplinar são discutidos como um processo evolutivo, em que poder, saber e verdade se aliam. No poder soberano, a punição se materializava no corpo do condenado que, muitas vezes, era executado pelo discurso da verdade gerado por procedimentos sigilosos, desconhecidos pelo condenado e confirmados pela confissão que ele “pronunciava”. A confirmação da verdade instaurada pelos magistrados era assegurada

pela voz do próprio condenado. Todo esse processo não era feito sem resistência. Muitas vezes os papéis se invertiam, as autoridades eram desmoralizadas e os criminosos transformados em heróis pelo público que assistia a esse “espetáculo”. Essa mudança de papéis em geral ocorria em razão da tortura que era exercida sobre os culpados.

A reforma humanista vai se defrontar com o excesso de violência do poder soberano. Em nome de um contrato social, a punição não mais se materializa em um corpo que se dilacera, mas se concretiza por meio da tecnologia da representação. Os condenados passavam a divulgar e proliferar signos de acordo com suas penalidades. A punição não se caracterizava pela tortura pública, mas pelo trabalho público. “Os criminosos trabalhariam nas estradas, canais e praças públicas da França. Eles seriam visíveis e viajariam através das terras, trazendo em si mesmos as representações de seus crimes” (DREYFUS; RABINOW, 1995, p. 165). A fim de receber a pena justa, eles eram individualizados, classificados, categorizados a partir de seus atos. A resistência se dava pelos dissabores enfrentados na execução legal desse tipo de punição.

A “evolução” das técnicas de punição resultou em um poder preventivo capaz de produzir corpos dóceis e úteis a partir de aparelhos de controle, de vigilância e de aplicabilidade autônoma. Daí, o poder disciplinar não se limitar a instituições específicas, como prisões, escolas e hospitais, embora nelas seja possível analisar de maneira minuciosa a dinâmica desse poder; nem se localizar em pontos determinados da esfera social, como o Estado. A fim de normalizar a sociedade como um todo e os indivíduos particularmente, esse poder se expande de forma microfísica e capilar por todos os setores sociais, por todos os espaços que devem ser ocupados. E é visto também por seu aspecto positivo, produtivo e transformador. Essa nova mecânica de poder é descrita por Foucault (2005) da seguinte forma:

[...] incide primeiro sobre os corpos e sobre o que eles fazem, mais do que sobre a terra e sobre o seu produto. É um mecanismo de poder que permite extrair dos corpos tempo e trabalho, mais do que bens e riqueza. É um tipo de poder que se exerce continuamente por vigilância e não de forma descontínua por sistemas de tributos e de obrigações crônicas. É um tipo de poder que pressupõe muito mais uma trama cerrada de coerções materiais do que a existência física de um soberano, e define uma nova economia de poder cujo

princípio é o de que se deve ao mesmo tempo fazer que cresçam as forças sujeitadas e a força e a eficácia daquilo que as sujeita. (FOUCAULT, 2005, p. 42)

Incidência de poder nos corpos, vigilância permanente, coerções diversas, crescimento e eficácia cada vez maior das forças sujeitadas, tudo isso se encontra articulado com o desenvolvimento da sociedade capitalista. Interesses diversos aí se revelam: homens dóceis caracterizam os interesses políticos; homens úteis, controlados em suas ações para que seja possível extrair deles o máximo de eficiência produtiva, caracterizam os interesses econômicos. Interesses conjuntos uma vez que “o corpo só se torna força de trabalho quando trabalhado pelo sistema político de dominação característico do poder disciplinar” (MACHADO, 2006, p. 173).

O poder assim referido surge nos séculos XVII e XVIII, não como substituição aos anteriores, mas como absorção, ampliação, modificação ou distorção de outros. Inicialmente ele opera sobre o corpo. O sujeito passa a ser compreendido não mais como um ser a ser ouvido, o que constituía especificidade do poder soberano, ou a ser visto, perspectiva humanista, mas como algo a ser manipulado, adestrado. Essa manipulação se constitui então como resultado de um corpo conhecido, analisado, isolado, classificado, hierarquizado. Para isso, todas as dimensões do espaço, do tempo e dos movimentos dos indivíduos são codificadas. Controle, regulação, organização e distribuição dos corpos constituem eixos essenciais nesse processo, constituindo características capazes de gerar saberes não somente em relação aos corpos, mas também a toda organização estrutural em que esses corpos se localizam. Para Rabinow e Dreyfus (1995), a disciplinarização da sociedade supõe um ajuste cada vez mais controlado, econômico e racional, entre as atividades produtivas, as redes de comunicação e os jogos das relações de poder. Ajuste identificado por esses autores como disciplina ou bloco disciplinar.

Observação hierárquica e sanção normalizadora definem a junção na qual opera o poder disciplinar. Na primeira, observação hierárquica, o elemento fundamental é o exame. “O exame manifesta a sujeição daqueles que são percebidos como objeto e a objetivação daqueles que são submetidos” (DREYFUS; RABINOW, 1995, p. 175). As Ciências

Humanas, como disciplinas do saber, vão assim se constituindo. A vigilância possibilita a ordenação, a distribuição e o controle dos indivíduos. Ao arquiteto, cabe garantir a máxima visibilidade na constituição dos espaços projetados, ou seja, a organização do espaço. A partir da ótica da vigilância contínua, permanente, o poder se torna “múltiplo, autônomo, anônimo” (DREYFUS; RABINOW, 1995, p. 174), diferentemente do que ocorria na sociedade da soberania, em que a visibilidade se manifestava na pessoa do soberano e em nome dele o poder era legalizado. Já na sociedade disciplinar, a visibilidade recai sobre os objetos do poder, o qual se torna ínfimo, regular, constante. Nessa sociedade, marcada pela sanção normalizadora, por meio da especificação mais detalhada dos comportamentos individuais, dos dossiês de atos precisos, micropenalidades passam a ser definidas e, por meio delas, novos conhecimentos são gerados. Poder e saber ao mesmo tempo se constituem e se implicam mutuamente. Os autores mencionados apontam a complexidade do efeito da sanção normalizadora:

Ele parte da premissa de que todos os indivíduos são formalmente iguais. Isto conduz a uma homogeneidade inicial a partir da qual se estabelece a norma de conformidade. Porém, uma vez posto este aparelho em movimento, há uma diferenciação e uma individualização cada vez mais sutis, que separam e organizam os indivíduos objetivamente. (DREYFUS; RABINOW, 1995, p. 175)

A normalização, ao estabelecer-se como tal, caracteriza e apreende também o “anormal”. Nesse contexto, todos os indivíduos são, de certa forma, controlados, construídos, já que eles são objetos e instrumentos de poder e de saber. Entretanto, a sociedade da normalização não se define somente pelo fato de o poder disciplinar ter se alastrado, cobrindo a realidade social como um todo. Esse tipo de sociedade é assim definida, segundo Foucault (2005), também pelo cruzamento entre a norma da disciplina e a norma da regulamentação.

Antes de discutir o que Foucault chama de uma nova era, é preciso compreender o que ele considera como sociedade de governo. Para Paniago (2005), Foucault define o poder como uma forma de relação entre indivíduos e grupos. O poder, nesse contexto, seria um modo de ação que opera sobre a ação dos outros. Ação que apenas ocorre com sujeitos que têm possibilidades de escolha – sujeitos livres. Tendo em

vista essa compreensão, “governamentalidade é tomada como sinônimo de condução de condutas dos indivíduos, das famílias, das crianças” (PANIAGO, 2005, p. 94). Significado que foi apropriado pelo Estado como resultado de um extenso percurso histórico que resultou em um poder ao mesmo tempo individualizante e totalizador – característica do poder pastoral.

A apropriação de estratégias de poder pelo Estado não se deu apenas pelas especificações do poder pastoral, mas também do poder soberano. Na tentativa de compreender os tratados da arte de governar que surgiram a partir do século XVI, Foucault afirma que a população, com seus interesses individuais e coletivos, passou a constituir o objetivo final do governo. Governo entendido em uma perspectiva ampla, que abrange a rede de relações estabelecidas entre população, território e riqueza – economia política. Técnicas racionalizadas de governo, geradas pelos conhecimentos acerca da população, assumiram uma pluralidade de objetivos a se alcançar, de coisas a se governar. Muito mais do que leis, embora não abrindo mão delas, táticas e estratégias tornaram-se os mecanismos de que o Estado lança mão para atingir seus objetivos.

Coabitando com “o triângulo: soberania – disciplina – gestão governamental” (FOUCAULT, 2007, p. 291), outra tecnologia de poder, surgida na segunda metade do século XVIII, não se dirige ao homem-corpo, mas ao homem-espécie. Ideias acerca do poder de otimizar a vida, de prolongá-la, de fazer viver passam a ser concretizadas por mecanismos reguladores, os quais caracterizam a biopolítica (política sobre a vida). A população como problema político é ainda o eixo desse poder-saber. Para Machado (2006), a pesquisa genealógica também trilhou novos rumos, no que se refere à sexualidade, a partir dos estudos feitos por Foucault. Nesses estudos, ele percebeu que os dispositivos de sexualidade não se limitavam apenas ao controle disciplinar, mas se localizavam no entrecruzamento de um poder centrado tanto no corpo quanto na população. Foucault (2005, p. 295) sintetiza essa nova constatação da seguinte forma:

Temos portanto, desde o século XVIII (ou em todo caso desde o fim do século XVIII), duas tecnologias de poder que são introduzidas com certa defasagem cronológica e que são sobrepostas. Uma

técnica que é, pois, disciplinar: é centrada no corpo, produz efeitos individualizantes, manipula o corpo como foco de forças que é preciso tornar úteis e dóceis ao mesmo tempo. E, de outro lado, temos uma tecnologia que, por sua vez, é centrada não no corpo, mas na vida; uma tecnologia que agrupa os efeitos de massas próprios de uma população, que procura controlar a série de eventos fortuitos que podem ocorrer numa massa viva; uma tecnologia que procura controlar (eventualmente modificar) a probabilidade desses eventos, em todo caso em compensar seus efeitos.

Para gerar, manter e prolongar a vida, a estatística, a demografia, a geografia, a economia, entre outras ciências, contribuem no processo de construção de saberes com o propósito de regularizar os efeitos de massa da população. Para Queiroz (1999), em uma sociedade de controle, o que se coloca em jogo, nos cálculos do poder, é a população, o que se faz a partir da problemática de uma vida saudável, obtida pelo controle e pela regulação. Ou seja, a constituição de uma sociedade em prol da vida se apresenta como modelo de intervenção política (governamental), em que os futuros possíveis desvios da natureza humana são previsíveis, devendo ser extirpados em seu nível genético. Antes do desvio, deve-se a redefinição operacional da própria natureza. O todo da sociedade se vê imerso nas redes de controle, nas malhas do poder.

Complementando os estudos anteriores, Foucault, em suas últimas reflexões, na década de 1980, a partir de retorno a textos antigos (gregos e latinos), discute as relações que o sujeito exerce sobre si mesmo – tecnologia do eu. Tecnologia que, segundo Gallo (2006), se integra a outras (tecnologias de produção, de sistema de signos, de poder) e define os modos como se produz o processo de subjetivação, compreendido como constituição dos indivíduos em sujeitos. Esse processo de subjetivação se diferencia em determinados períodos históricos. Assim, ora a subjetivação pode ser definida como assujeitamento, ora como libertação. Diferenciação que caracteriza o cuidar de si no período socrático-platônico, em que a moral estava ligada à busca de uma ética de perspectiva política (relação do sujeito consigo mesmo): cuidar de si era a base para cuidar do outro, para administrar a cidade, o que se definia como prática de liberdade.

O cuidar de si, como exercício de disciplina, de negação de si mesmo, tem origem com o predomínio da moral cristã, cujo eixo é a obediência, a negação do indivíduo para se chegar a Deus. A promoção dessa negação do sujeito favorece a atuação das “instituições sociais de sequestro”, que confinam o indivíduo e o disciplinam, por meio de um mecanismo de subjetivação definido como assujeitamento. Todavia, a construção dessa moral como obediência a um código de regras está desaparecendo, surgindo em seu lugar uma estética da existência, na qual o indivíduo, em seu processo de subjetivação, se constitui através de práticas de sujeição ou através de práticas de libertação/resistência/criação.

2 A MATERIALIZAÇÃO DO PODER NOS ESPAÇOS SOCIAIS

O duelo constante de forças em que o sujeito se constitui abrange os espaços projetados para sua inserção. É bom lembrar que, mesmo que o poder não esteja restrito aos espaços institucionais, analisá-lo em locais determinados supõe compreender a sua dinâmica. Como modelo arquitetônico exemplar de controle e eficácia do poder, o Panóptico de Bentham se apresenta como uma conexão precisa entre o controle do corpo e o controle do espaço.¹ Corpo, espaço, poder e saber vão, por sua vez, caracterizar o modelo panóptico, em que eficiência, economia, vigilância constante, organização hierárquica, homogeneidade, entre outros mecanismos disciplinares, possibilitam a disseminação do poder – de espaços policiados para o autopolicamento dos sujeitos que ali se inserem, independentemente de sua posição hierárquica. O princípio de poder defendido por Bentham, segundo Foucault (2008), deveria ser visível e inverificável. Visível na possibilidade de estar sendo vigiado, inverificável na incerteza desse olhar vigilante.

Para Bentham (2000), o modelo panóptico, com apenas algumas modificações, pode ser aplicado em todo e qualquer estabelecimento (prisões, escolas, hospitais, *workhouses*) com o objetivo de controlar ou dirigir um certo número de pessoas. O poder preventivo do Panóptico se baseia na intensificação do poder até se criar “uma instância onividente, onipresente, onisciente” (BENTHAM, 2000, p. 78). Esse dispositivo, caracterizado como um edifício, é assim descrito:

O edifício é circular. Sobre a circunferência, em cada andar, as celas. No centro, a torre. Entre o centro e a circunferência, uma zona intermediária. Cada cela volta para o exterior uma janela feita de modo a deixar penetrar o ar e a luz, ao mesmo tempo que impedindo ver o exterior – e para o interior, uma porta, inteiramente gradeada, de tal modo que o ar e a luz cheguem até o centro. Desde as lojas da torre central se pode então ver as celas. Em contraposição, anteparos proíbem ver as lojas desde as celas. O cinturão de um muro cerca o edifício. Entre os dois, um caminho de guarda. Para entrar e sair do edifício, para atravessar o muro do cerco, só uma via é disponível. O edifício é fechado. (BENTHAM, 2000, p. 77)

Ainda segundo Bentham (2000, p. 78), a visibilidade é perfeita do ponto central, diferentemente do que ocorre nas celas: “impossível olhar para fora, impossível se comunicar com o ponto vizinho, impossível distinguir o ponto central”. É o direcionamento da luz, favorecida pelo projeto arquitetônico, que possibilita, ao mesmo tempo, em posições diferentes, a transparência e a opacidade. Dreyfus e Rabinow (1995, p. 207), apoiados em Foucault, acrescentam:

As celas são como “pequenos teatros, onde cada ator está sozinho, perfeitamente individualizado e constantemente visível”. O detento, deste modo, torna-se visível ao supervisor, porém apenas a este; ele é privado de qualquer contato com as celas contíguas. Ele é “objeto de uma informação, jamais sujeito numa comunicação”. A maior vantagem que Bentham afirma ser oferecido pelo Panopticon é uma organização de máxima eficácia. Foucault ressalta que isto se dava através da indução do detento a um estado de objetividade, de permanente visibilidade. O detento não poder ver se o guarda está ou não na torre, portanto, deve se comportar como se a vigilância fosse constante, infinita e absoluta. A perfeição arquitetônica é tal que, mesmo que o guarda não esteja presente, o aparelho de poder continua a funcionar.

Além do poder de vigilância exercido nesse espaço, ele se torna um local de construção contínua de saberes, um laboratório em constante análise e transformação. O projeto Panóptico, antes mesmo de sua execução, é resultado da razão humana, de cálculos precisos, da vinculação saber–poder. Isso comprova o fato de que as relações

de poder são intencionais, objetivas, estabelecidas para determinados fins. Fins que geram despesas, mas resultam em produtividade. Daí a positividade do poder. Uma certa distribuição de corpos, das superfícies, das luzes, dos olhares, das homogeneidades possibilita uma perspectiva econômica. Na torre, apenas um inspetor: “para um máximo de vigiados, um mínimo de vigilantes” (BENTHAM, 2000, p. 78).

O olhar vigilante capta não somente os detentos, mas os vigias. A abertura da versão penitenciária do panóptico ao público, possibilita que o olho público vigie o olho interior. Possibilita também que o princípio de moralidade, o qual recai sobre o prisioneiro, recaia também sobre o visitante – moralizando assim a própria sociedade. Daí, a defesa do autor de que essas construções devem estar próximas às cidades, como uma pequena escola para a humanidade. Como um espaço de controle totalitário, uma máquina de imitação de Deus, o poder “fictício” de visibilidade do Panóptico deve abolir o acaso, resultando em um poder objetivo de sujeição de corpos, de subjetivação do sujeito.²

O Panóptico através da combinação entre a sistematização abstrata – papel da ciência e da lei – e suas implicações concretas – organização do espaço, por exemplo –, faz com que os sujeitos se autopolicem, policiem os demais. Disso resulta a eficácia do poder que se dissemina pela junção corpo, espaço, poder e saber (DREYFUS; RABINOW, 1995). Esse dispositivo, com seu princípio de inspeção e de controle, mesmo como projeto apresentado no século XVIII, continua, de certa forma, presente na realidade social. Para comprovar a aplicabilidade dessa análise aos espaços sociais, foi selecionada, na cidade de Goiânia, capital de Goiás, o espaço de uma biblioteca, a Biblioteca Professor Jorge Félix de Souza, conhecida como Biblioteca do Centro Federal de Educação Tecnológica (Cefet-GO), em cuja organização espacial foram buscadas características do dispositivo panóptico.³ O edifício dessa biblioteca, que não possuía antes um espaço apropriado, foi inaugurado em 2007.⁴ Em razão de ser essa construção recente e planejada de modo específico como espaço de uma biblioteca, é que essa instituição foi escolhida como objeto deste estudo. Em geral, grande parte das bibliotecas (escolares, públicas, comunitárias etc.) não funciona em espaços projetados especificamente para elas, e tem uma história marcada por deslocamentos.⁵

Grande parte de sua estrutura é cheia de repartições (paredes) e janelas de vidro transparente, de modo que a biblioteca se expõe ao

público interno e externo, oferecendo amplitude e visibilidade. Assim como o Panóptico, o propósito da escolha dessa estrutura se justificaria em função de “uma ótima ventilação dentro do acervo” e da busca de aproveitamento da luz do sol para iluminar o espaço” (GALDINO, 2007, p. 12), o que significa economia de despesas.⁶ Todavia, esse olhar público que o espaço permite não é o da comunidade em geral, mas o das pessoas que integram o Cefet, ou seja, a visibilidade externa está limitada ao espaço da instituição em que ela se localiza. Esse olhar público que possibilita a ausência de funcionários em todas as suas repartições, resulta também em economia de pessoas, já que diferentes “inspetores”, encarregados de outras funções, por ali circulam, sendo também vigiados.

Mesmo sendo aberta à comunidade, a porta de entrada utilizada pelo público externo ao Cefet para acesso à biblioteca, se diferencia. Esse acesso se assemelha aos dos edifícios escolares, caracterizados na pesquisa de Frago e Escolano (2001, p. 97) nos seguintes termos:

nos [edifícios escolares] algumas de suas fachadas podem dar diretamente ao exterior, mas [a eles] se tem acesso através de uma ampla zona ajardinada que [...] dispõem, de ambos os lados, de caminhos estreitos e laterais que acolhem e fazem dar voltas àquele que tenta entrar em tais edifícios.

Caminhos estreitos, laterais e ajardinados, voltas e mais voltas também definem o acesso do público externo à biblioteca objeto deste estudo.

Já internamente, envolvida por repartições (ou paredes) e imensas janelas de vidro, o dispositivo de poder promove o governo de si e, sobretudo, o governo dos outros. Um olhar vigilante administra outro. Alguns regulamentos, destinados aos usuários dessa instituição, reforçam esse processo de controle de condutas:

observar o silêncio, a ordem, a disciplina no recinto da Biblioteca; responsabilizar-se por móveis e equipamentos da Biblioteca, enquanto usuário dos mesmos; deixar pastas, bolsas no guarda-volume. O guarda-volumes não poderá ser utilizado para outros fins que não seja a guarda de materiais para entrada dos usuários na biblioteca. A perda ou extravio da ficha do guarda-volumes acarretará multa.

Como se percebe, na Biblioteca do Cefet, o olhar vigilante do poder se instala.

Galdino (2007, p. 11) acrescenta que há na biblioteca “um sistema antifurto composto por dois pares de antena. Um par que detecta na entrada usuários portando objetos que podem ‘burlar’ o sistema e um contador de fluxo e o outro par que detecta a saída de materiais que não tenham sido registrados no sistema”. O amparo da “lei” e outras táticas diversas, capazes de detectar inclusive objetos que podem burlar o sistema e identificar a saída de materiais não cadastrados, são instituídos no intuito não somente de disciplinar, mas, sobretudo, de normalizar os corpos, já que buscam “reconhecer” a suposta índole de cada um deles. Por meio do conhecimento do corpo e da alma, esse sujeito, como objeto do poder disciplinar, deve sofrer micropenalidades, caso não se enquadre em um padrão determinado, ou seja, aja se recusando a ser normalizado. O regulamento revela a presença do “diferente”; afinal o que necessita ser regulado resulta de práticas cometidas, de procedimentos desviantes de um certo padrão, de jogos de conflitos, de práticas múltiplas de resistência.

Para adentrar os espaços ocupados pelos administradores dessa biblioteca, é preciso um direcionamento preciso, uma vez que repartições (ou paredes) e portas se confundem. A sala de coordenação e referência ocupa um lugar estratégico, no centro do poder da biblioteca, em que repartições (ou paredes) de vidro favorecem o controle de grande parte desse espaço de leitura – o movimento de entrada de leitores e funcionários, a movimentação nas salas de leituras e nos equipamentos de informática. Todos esses ambientes são visualizados a partir dessa localização central, ocupada pela sala de coordenação e referência, como já foi dito. Outro espaço ocupado por administradores é a sala de processamento técnico, cujas paredes não são de vidro, e apenas possuem janelas que ligam o interior desse espaço com o exterior. Assim, somente o olhar vigilante do poder exterior controla os administradores que atuam no espaço do processamento técnico; eles não são vigiados, por exemplo, pelos leitores. Para os “inspetores” do espaço citado anteriormente, o que possibilita a visibilidade da biblioteca são os “corredores de policiamento”. Da mesma forma como alguns colégios espanhóis, nos quais “o gabinete do diretor, diretamente acessível desde o corredor, situa-se justamente na interseção dos dois longos corredores

ou eixos principais de circulação do centro. Basta chegar e sair do mesmo e se pode ver, num instante, tudo aquilo que neles acontece” (FRAGO; ESCOLANO, 2001, p. 115).

A separação e a ordenação dos corpos se manifestam pelas várias disposições de bancos ou assentos distribuídos nos diferentes ambientes. Na entrada da biblioteca, há uma sala de espera para conversas descontraídas, o que resulta na presença de longos assentos, pressupondo o agrupamento coletivo dos corpos. Adentrando no interior da biblioteca, ambientes coletivos e individuais são ordenados. No ambiente coletivo, mesas com dez cadeiras em cada uma definem o limite dos grupos. A escolha dos móveis utilizados nos ambientes de leitura foi feita tendo em vista o bem-estar do público e também a postura correta do corpo, como afirma Galdino (2007, p. 12):

O ambiente de leitura de periódicos apresenta sofás confortáveis que auxiliam no bem estar dos usuários. As cadeiras das salas de estudo em grupo e individual também proporcionam maior conforto dos usuários. São todas cadeiras estofadas com encosto anatômico, que auxiliam, inclusive, na postura física.

Enquanto saber tomado como verdade, o discurso médico se alia ao projeto arquitetônico, com a intenção de produzir corpos dóceis e saudáveis.

Nos ambientes individuais, cartazes são afixados em pilares com os seguintes dizeres: “Ao passar, silêncio!”, “Silêncio, gênios pensando!”. Esses dizeres, presentes apenas nos espaços individuais, pressupõem autonomia de conhecimento, diferenciando os alunos que aí se localizam, hierarquizando-os, normalizando-os. O domínio do saber, isto é, das verdades que ali se encontram, já que quem comunga dos saberes cristalizados presentes no acervo da biblioteca são chamados de “gênios”, diferencia e organiza o público que lhe é exterior, seja daquele ambiente, seja daquela instituição. Talvez por esse motivo é que poucos alunos frequentam a biblioteca, segundo o depoimento de uma das bibliotecárias responsáveis por esse espaço de leitura, para quem uma das razões para a presença limitada de alunos na biblioteca pode estar vinculada ao papel punitivo que a ela foi atribuída no decorrer da história. Paniago (2005) constata isso ao mencionar que, em

determinadas escolas, como procedimento punitivo, o aluno é enviado à biblioteca, espaço de estudo e de silêncio.

Em todos os ambientes da Biblioteca do Cefet observa-se o pressuposto do preenchimento, da arte de ocupação dos espaços, com o objetivo de evitar ausência de espaço vazio, “o imprevisível, aleatório e instável [que] deslocariam o provável, seguro ou previsível. Isso mostra, conforme afirmam Frago e Escolano (2001, p. 138),⁷ que o ser humano prepara e dispõe, ordena e organiza”. De corpos descontraídos, determinados por ambientes mais informais, como a sala de recepção, é possível perceber a intensificação do poder em corpos disciplinados, como os que devem ocupar as carteiras individuais, em que o limite para a inserção do leitor é bastante reduzido, dificultando inclusive a ele se debruçar sobre a mesa. Esse espaço unitário impede a comunicação entre os leitores ao redor, embora as carteiras estejam agregadas umas às outras, de forma semelhante ao modelo panóptico penitenciário, em que o sujeito, cada qual em sua cela, deve estar separado, individualizado. Galdino (2007, p. 12) descreve o espaço de leitura individual da seguinte forma: “os usuários estudam em cabines fechadas em três lados. Além de isolar acusticamente elas evitam que seja tirada a concentração quando alguém passa entre os corredores”.

Nesse espaço de silêncio apenas rumores são permitidos. Dona Sebastiana, uma das protagonistas da pesquisa de Melo (2007, p. 97), relata a ordenação do silêncio no espaço de uma biblioteca – a Biblioteca Pública Municipal de Goiânia – na época da construção de Goiânia (outros tempos, talvez outras verdades) do seguinte modo:

Fazíamos rodas para ler os livros. Eu gostava de ler em voz alta como na minha casa, mas lá era proibido, tinha que ser em silêncio. [...] Levava meus filhos também. Lá tinha muitos livros infantis. Às vezes, eu lia historinhas para eles lá mesmo. Bem baixinho.

Segundo a pesquisa citada, na Biblioteca Pública Municipal de Goiânia, nos primeiros decênios de sua instalação, o silêncio era uma exigência explicitada no Regimento, que atribuía ao bibliotecário o dever de “fazer observar o maior silêncio na sala de leitura, providenciando para se retirarem as pessoas que perturbarem a ordem, recorrendo ao Diretor ou ao Chefe de disciplina, quando não for atendido” (MELO, 2007,

p. 107). Na Biblioteca do Cefet, de acordo com Regulamento próprio, o usuário que provocar desordem, que perturbar o bom andamento dos estudos e dos trabalhos da biblioteca, após as advertências orais e escritas, terá sua inscrição cancelada e suspensa sua entrada nesse espaço.

Em tempo histórico diferente do atual, o período de 1933 a 1949, coberto pela pesquisa de Melo (2007), é marcado por preceitos higienistas; a interdição dos corpos era então claramente percebida no processo de seleção do público que poderia frequentar a Biblioteca Pública Municipal de Goiânia. Segundo registro presente nos regulamentos da biblioteca, ela “aceita a inscrição de todas as pessoas maiores de 16 anos, permite reclamações, impede a entrada de pessoas doentes para não provocar contágios”. Comentando esse aspecto Melo (2007, p. 95) afirma que os leitores, “por esse Regulamento, estavam, portanto, protegidos, ‘vacinados’ e classificados como os livros da Biblioteca”. Pessoas e coisas se assemelhavam pelo processo de categorização por que passavam, resultado de aplicação desse princípio higienista que prevalece como verdade no momento atual, por exemplo, na definição da cor que deve compor os móveis da Biblioteca do Cefet: “móvel de cor clara (bege), visto que transmite uma sensação de limpeza” (GALDINO, 2007, p. 12).

Além disso, o processo de seleção de obras de um acervo, dependendo do período histórico, é determinado pelos propósitos ideológicos de sua época. Livros proibidos marcam também o histórico da composição do acervo nos espaços de leitura. Essa proibição, todavia, nem sempre impede, por diversas estratégias e táticas, que livros proibidos cheguem às mãos de inúmeros leitores. A interdição dos livros é feita não somente pelo processo seletivo de definição do acervo a ser adquirido mas também pelo processo de impedimento de publicação e circulação de determinados materiais. No caso da Biblioteca do Cefet, são descartadas obras inadequadas, “obras cujos conteúdos não interessam à instituição, incorporadas ao acervo anteriormente sem uma seleção prévia e/ou escritas em língua pouco acessíveis”.⁸ Os critérios utilizados em épocas anteriores são negados na época atual, já que são descartadas obras anteriormente anexas ao acervo, as quais não passaram por uma seleção prévia ou não atendem aos critérios hoje considerados importantes. A guerra contínua e cotidiana, que envolve a sociedade,

permanece, mesmo com a extinção das casas censórias, impedindo a circulação de obras consideradas “perigosas” ou “subversivas”.

O acesso às obras do acervo da Biblioteca do Cefet, que funciona de 2ª a 6ª feiras das 7 às 22 horas e aos sábados das 8 às 12 horas é controlado pela junção espaço e tempo. Para Frago e Escolano (2001, p. 44), os relógios “organizam as primeiras percepções cognitivas da temporalidade e garantem a internalização dos valores da exatidão, da aplicação e da regularidade, que são, na expressão de Foucault, as virtudes fundamentais do poder disciplinar”. Nesse sentido, corpo, espaço, poder e saber vão definindo os sujeitos que devem ocupar esse espaço de leitura; vão remodelando outros que ali não se enquadram; vão transformando, inclusive, outros que nem lá se inserem, mas que desejam ocupar ambientes “privilegiados” como, por exemplo, o espaço dos gênios.

CONCLUSÃO

Como se viu, é possível identificar a dimensão microfísica do poder na constituição de determinados espaços sociais, até mesmo no espaço de uma biblioteca, muito embora esse poder, que atinge outras dimensões, estenda-se a outros espaços enquanto rede de relações históricas e não se limite a esse espaço. Distribuição, organização, controle, visibilidade, individualização, normalização, entre outras características que marcam a constituição da sociedade moderna, são observadas de modo concreto neste estudo.

Amplitude de visibilidade, externa e interna, define o espaço da Biblioteca do Cefet. Nela, o funcionamento do poder, em sua estratégia panóptica, é favorecido pela total visibilidade gerada pelas janelas de vidros, pelo transitar de funcionários. Todavia, tanto “vigias” e “vigiados” são alcançados pelo poder, por olhares internos e externos à própria biblioteca. Os corpos que ali se instalam não são apenas governados, mas são também seus próprios governantes. O poder, com isso, circula, transita, funciona em rede, já que os indivíduos são receptores e transmissores de poder.

Diferentemente do que ocorria na sociedade da soberania, em que o soberano era o eixo e o ponto central de poder e de visibilidade, na sociedade disciplinar, e, conseqüentemente, na sociedade de controle, o

foco do que necessita ser visível, se inverte. O poder, além de se tornar invisível, capilar, microfísico, expõe os objetos/sujeitos sobre os quais funciona. Primeiro ele opera sobre o corpo, cujo controle preciso é então evidenciado. Como se trata de um corpo que se quer saudável, móveis anatômicos, a partir de discursos científicos, para isso são construídos; posturas corretas são definidas. Esse mesmo corpo se quer dócil, por meio do disciplinamento do outro e do autodisciplinamento, o que implica não apenas formas de governo, mas perspectivas políticas, uma vez que um corpo dócil, silencioso, pode ser um corpo obediente. Corpo que se constitui a partir de conhecimentos determinados, racionalizados.

A definição do espaço, de modo que todo corpo tenha um lugar preciso através de um preenchimento específico – corpos que se quer distribuídos, organizados – define outros saberes construídos ou a se construir. Para essa ordenação e ocupação determinada – junção e separação – o público que se insere na biblioteca é observado, comparado, individualizado, agrupado, hierarquizado, normalizado. A definição do “normal” implica igualmente lidar com o anormal e, para reverter o quadro de anomalias, micropenalidades são determinadas em Regulamentos, em leis, as quais devem ser cumpridas. “Vigilância e observação, segurança e saber, individualização e totalização, isolamento e transparência”, temas do Panóptico, segundo Dreyfus e Rabinow (1995, p. 212), aparecem de modo semelhante nas características que definem o espaço de leitura estudado.

O modo de funcionamento do poder por meio de blocos disciplinares, em outro tipo de instituição, a escola, foi descrito por Paniago (2005) da seguinte forma:

Numa instituição escolar, por exemplo, tudo converge para que o objetivo de produção de subjetividades seja assegurado. Não apenas a organização espacial, mas também todo seu detalhado regulamento, que dirige não somente as atividades que ali serão desenvolvidas, mas também todas as pessoas que delas farão parte, cada uma com uma função, um lugar específico.

O funcionamento cotidiano dessa instituição, revela formas de agir que podem ser consideradas como constituintes de um bloco disciplinar, conforme afirma Foucault:

A atividade que assegura o aprendizado e a aquisição de aptidões ou de tipos de comportamento aí se desenvolve através de todo um conjunto de comunicações reguladas (lições, questões e respostas, ordens, exortações, signos codificados de obediência, marcas diferenciais de ‘valor’ de cada um e dos níveis de saber) e através de toda uma série de procedimentos de poder (enclausuramento, vigilância, recompensa e punição, hierarquia piramidal). (FOUCAULT, 1995 apud PANIAGO, 2005, p. 96)

Diferentes mecanismos de apreensão e construção do sujeito são ativados em escolas, bibliotecas, hospitais, prisões etc., para que o processo de subjetivação seja assegurado; estratégias e táticas são racionalmente elaboradas para a efetivação do poder, para a construção da realidade. Isso resulta no fato de que o poder produz, não apenas elimina. Juntamente com ele, focos de resistência também se disseminam. Assim, entre interdição e liberdade, sujeição e subjetividade, os espaços de uma biblioteca se constituem. Espaços que são, acima de tudo, ensinamentos “silenciosos”, simbólicos, capazes de expressar um sistema de propósitos, valores e discursos atribuídos a uma tradição que é culturalmente construída (FRAGO; ESCOLANO, 2001).

Nesse contexto, apreender o poder que se dissemina na sociedade, compreender sua mecânica, seu funcionamento, supõe ir além da materialidade dos corpos; o aspecto simbólico veiculado pelo livro, por uma biblioteca, ícones de uma cultura letrada, já pressupõe, por si só, ordenação, separação, comparação, hierarquização. Pressupõe inclusive modos e maneiras de ler. Modos e maneiras que podem estar “escritos” em certos espaços, mas não se limitam a eles. Como carteiras individuais não pressupõem necessariamente um corpo comportado e silencioso, em razão de uma suposta resistência, o poder se formaliza em regras a serem seguidas. O poder soberano aí se verifica!

Quem, de certa forma, escapa às artimanhas do poder é também por ele apreendido. Saber e poder, juntos, vão tecendo a rede que constitui o sujeito, que o modifica, que também é modificada por ele, já que a identidade desse sujeito é construída também pela forma como ele assimila, incorpora esse conflito cotidiano, na forma de jogos que delineiam uma realidade complexa, não apreensível por apenas um eixo, ou uma suposta verdade de época. Seguir o caminho de Foucault supõe ir além de nós mesmos enquanto objetos e sujeitos da relação poder

e saber. Supõe percurso a se construir, a se conhecer. Supõe desvios, rupturas, continuidades, avanços, incompletudes...

LIBRARY: ENVIRONMENT OF KNOWLEDGE AND POWER

ABSTRACT

This article aims at briefly outlining Foucault's research trajectory in order to comprehend how power works and operates in a library context. Jeremy Bentham's Panopticon Project contributes to this understanding. Bibliographic research, field work, document analysis and papers on Cefet/GO Library are the main research instruments used to develop this study. Knowledge, power, control, individualization, normalization, restraint are some of the agencies identified in the constitution of that reading space.

KEY WORDS: library, power, knowledge, restraint, Panopticon.

NOTAS

- 1 Trabalhos que promovem discussões acerca dos dispositivos utilizados pelo modelo panóptico podem ser encontrados em Cortês (2004), Paniago (2005), Pereira (2006).
- 2 O Panóptico não foi na realidade construído, todavia as diversas discussões sobre seu funcionamento e suas potencialidades serviram para formular ideias sobre controle e correção (DREYFUS; RABINOW, 1995).
- 3 Para a discussão a respeito da Biblioteca Professor Jorge Félix de Souza, documentos como o regulamento, a política de desenvolvimento do acervo, entre outros trabalhos que estabelecem diretrizes para esse espaço de leitura e contam um pouco de sua trajetória histórica, foram obtidos em visitas, e posterior diálogo pela internet, com uma das bibliotecárias responsáveis por esse espaço. Com o objetivo de facilitar a leitura deste trabalho, a biblioteca em estudo será chamada pela forma em que é conhecida: Biblioteca do Cefet.
- 4 Essa biblioteca foi fundada em 1973; todavia, um espaço definitivo, apropriado para ela só foi inaugurado em 2007. Em razão desse fato, alguns autores afirmam que ela foi reinaugurada em 2007.
- 5 Para a discussão dos espaços das bibliotecas como deslocamento ver Melo (2007).

- 6 Informação retirada de um trabalho apresentado à Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia da Universidade Federal de Goiás por Ludmilla Santos Galdino, intitulado Diagnóstico da Biblioteca Professor Jorge Félix de Souza – Cefet-GO. O trabalho foi elaborado em 2007.
- 7 Ambientes que compõem a Biblioteca do Cefet: sala de atendimento, de estudo em grupo, de estudo individual, de leitura e lazer (destina-se aos periódicos recentes), sala de informática, sala de processamento técnico (GALDINO, 2007). Ela inclui, ainda, embora não conste no trabalho citado, a sala da coordenação e referência.
- 8 Essa informação foi retirada do documento intitulado “Política de Aquisição de Acervo”.

REFERÊNCIA

BENTHAM, Jeremy. *O Panóptico*. Organização e tradução de Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

CÔRTEZ, Alex Sandro Barcelos. *O panóptico de Yone: astúcias e táticas contra o poder disciplinar nos espaços de controle da escola*. 2004. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, UFF, Rio de Janeiro, 2004.

DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Tradução de Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. 3. ed. Tradução de Marta Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.

FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*. Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 24. ed. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2007.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. 35. ed. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

FRAGO, Viñao Antônio; ESCOLANO, Agustín. *Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa*. Tradução de Alfredo Veiga-Neto. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

GALDINO, Ludmilla Santos. *Diagnóstico da Biblioteca Professor Jorge Félix de Souza - Cefet-GO*. Trabalho de Graduação – Curso de Biblioteconomia da Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia da UFG, Goiânia, 2007.

- GALLO, Silvio. Cuidar de si e cuidar do outro: implicações éticas para a educação dos últimos escritos de Foucault. In: GONDRA, José; KOHAN, Walter Omar (Orgs.). *Foucault 80 anos*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- GONDRA, José; KOHAN, Walter Omar (Orgs.). *Foucault 80 anos*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- MACHADO, Roberto. *Foucault, a ciência e o saber*. 3. ed. rev. e ampliada. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- MACHADO, Roberto. Por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2007.
- MELO, Orlinda Carrijo. *A invenção da cidade: leitura e leitores*. Goiânia: Ed. UFG, 2007.
- PANIAGO, Maria de Lourdes F. dos Santos. *Práticas discursivas de subjetivação no contexto escolar*. Araraquara, SP. 2005. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras/Campus de Araraquara, Unesp, 2005.
- PEREIRA, Ana Luísa. O ginásio, um panóptico de Bentham para o cuidado de si? *Sociologia, problemas e práticas*, n. 51, p. 117-138, 2006.
- QUEIROZ, André. *Foucault: o paradoxo das passagens*. Rio de Janeiro: Pazulin, 1999.